

Cimi lança campanha por regularização de terra

CRISTIANO MACHADO

A Campanha Internacional pela Regularização do Território Maxakali foi lançada ontem na Assembléia Legislativa pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O objetivo é conseguir pressionar o Estado e governo federal através da opinião pública internacional. Serão recolhidas 40 mil assinaturas na Europa, Canadá e no Brasil, que serão entregues ao presidente Fernando Henrique pedindo a desapropriação dos fazendeiros que ocupam a área intermediária de 1.852 hectares entre as duas aldeias dos índios maxakali — município de Bertópolis, no Vale do Jequitinhonha.

Em 1972 os fazendeiros receberam, da Ruralminas, títulos de posse da área. Como originalmente os 1.842 hectares faziam parte do território indígena os títulos não têm valor legal. Os índios conseguiram a demarcação do território através da portaria 317 de agosto de 1993, mas ela não foi assinada pelo FH. A Fundação Nacional do Índio e o governo estadual, que deveriam intermediar a regularização da reserva maxakali, nos últimos dois anos não cumpriram seu papel.

Cotidiano feito de tensão e privações

Os remanescentes dos maxakali, 710 índios, vivem em duas glebas, Pradinho e Água Boa. O cotidiano da tribo é marcado por privações e tensão. O índio Jupi Maxakali afirma que as atividades normais da tribo são prejudicadas pela área da fazenda. "A única água que tem é proibida", afirmou. A madeira imbauba, utilizada na produção de artesanatos, também não existe na reserva. As cidades vizinhas, ainda proíbem a venda de ar-



□ Criança Maxakali acompanha o pai no lançamento da campanha na Assembléia Legislativa. Há 710 remanescentes em Minas e a luta é pela posse efetiva da terra, uma promessa do governo

tesanato e de produtos agrícolas produzidos pelos índios.

"Nós queremos terra para viver. O homem branco planta e colhe em lugares pequenos, nós precisamos das matas e rios para os rituais e para criar nossos filhos", afirmou Jupi. Ele lembra que as mulheres e crianças não podem sair sozinhas. Nos últimos 5 anos sete índios foram assassinados.

Repercussão no mundo favorece o movimento

O coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi),

Luiz Lobo, lembra que, a exemplo dos ianomami, o governo brasileiro funciona a partir da repercussão internacional. No entanto, Lobo ressalta que a campanha visa ainda chamar a atenção das autoridades para o risco de violência na região. "Toda reivindicação é seguida por violência. Com o envolvimento da Anistia Internacional e Organizações Não Governamentais nós queremos evitar que os fazendeiros façam pressão sobre os maxakali", afirmou.

Não vai faltar repercussão. Um vídeo sobre os maxakali — elaborado em inglês, francês e alemão — foi lançado em se-

tembro-za Austria e Alemanha. Até o final do ano deve ser percorrer todos os países da Europa. Em março de 1996 um representante do Parlamento Europeu chega ao Vale do Jequitinhonha para ver a situação de perto. Lobo afirmou que a maioria das organizações que se envolveram na luta dos Ianomami vão participar da Campanha.

Representantes da Comissão dos Direitos Humanos da As-

sembléia Legislativa e o Procurador Álvaro Souza Cruz marcaram também visita ao local para 10 de novembro. Na avaliação de Luiz Lobo a regularização é fácil de ser resolvida. "Avaliamos que a indenização dos fazendeiros não passa de R\$ 400 mil", afirmou. Ele lembra que os índios estão otimistas. "Como o início do movimento notamos um aumento do número de nascimentos", disse.

190

1912 e